



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 97, DE 2020

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 761, de 2019, do Senador Rogério Carvalho, que Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

12 de Fevereiro de 2020



PARECER Nº , DE 2019

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 761, de 2019, do Senador Rogério Carvalho, que requer sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde informações referentes à prorrogação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dos prazos para empresas elaborarem análises dos produtos fumígenos derivados do tabaco.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

I – RELATÓRIO

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Senador Rogério Carvalho encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 761, de 2019, que visa a obter informações do Ministro de Estado da Saúde acerca da revisão, sem análise de impacto regulatório e sem consulta pública, da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 226, de 30 de abril de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que *dispõe sobre o registro de produtos fumígenos derivados do tabaco*, que pretende prorrogar o prazo para apresentação da acreditação dos laboratórios, ensaios e métodos utilizados na realização das análises dos fumígenos derivados do tabaco e o prazo para execução da análise quantitativa de alcatrão e de monóxido de carbono nesses produtos.

As informações solicitadas são as seguintes:

1. Quais as razões técnicas que embasaram a prorrogação dos prazos para que as empresas produtoras de fumígenos divulgassem a lista de compostos tóxicos e aditivos presentes no tabaco antes do consumo prevista na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 2018, que entraria em vigor no último dia 6 de agosto?
2. Se os motivos que embasaram tal decisão são exclusivamente as dificuldades expostas pelas empresas de

fumígenos para cumprir com as exigências, houve algum parecer ou laudo técnico (ou instrumento semelhante) que verificasse a procedência de tais alegações? Caso positivo, quais as razões e justificativas desse laudo?

3. Considerando que a dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR), segundo a Portaria 1.471/2018, somente se justifica para retificar erro material de ortografia, nos casos de enfrentamento de problemas de alto grau de urgência que impliquem a necessidade de atuação imediata da Agência e nas revisões de atos normativos que visem à simplificação administrativa; como pode a dificuldade das empresas em cumprir a exigência – o que obviamente não demanda atuação de ANVISA para sua resolução – justificar a dispensa de AIR para a decisão expressa no voto nº 94/2019/SEI/DIRE3/ANVISA?

4. Considerando que a dispensa de Consulta Pública, a citada Portaria dispõe que essa etapa poderá ser dispensada somente nos casos de problemas de alto grau de urgência e gravidade, que necessitem de atuação imediata de Anvisa; como pode a dificuldade das empresas em cumprir a exigência – o que obviamente não demanda atuação da Agência para sua resolução – justificar dispensa da Consulta Pública para a decisão expressa no voto nº 94/2019/SEI/DIRE3/ANVISA?

II – ANÁLISE

A proposição obedece aos dispositivos constitucionais que disciplinam o envio de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, nomeadamente os arts. 49, inciso X, e 50, § 2º, da Constituição Federal de 1988.

O requerimento também satisfaz as determinações do art. 216, inciso I, do Risf, que especifica quais pedidos de informações serão admissíveis para esclarecimento de assunto atinente à competência fiscalizadora desta Casa.

Consideramos que o requerimento em pauta cuida de assunto atinente à competência fiscalizadora do Poder Legislativo e que, ademais, as informações solicitadas não têm caráter sigiloso, sendo sua divulgação compatível com o princípio da publicidade que rege a administração pública.

Por sua vez, o inciso II do art. 216 do Risf enumera as razões que podem ensejar o indeferimento de um requerimento de informações por parte da Mesa desta Casa Legislativa: a existência de pedido de providência,

consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Não identificamos nenhuma dessas ocorrências no requerimento ora analisado, razão pela qual não encontramos óbices à sua aprovação.

Por fim, o requerimento sob exame satisfaz as condições impostas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para apresentação e aprovação de requerimento de informação.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela **aprovação** do Requerimento nº 761, de 2019.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DO
SENADO FEDERAL - 2020**

12 de FEVEREIRO de 2020, às 09hs

Senador Davi Alcolumbre Presidente	
Senador Antonio Anastasia 1º Vice-Presidente	
Senador Lasier Martins 2º Vice-Presidente	
Senador Sérgio Petecão 1º Secretário	
Senador Eduardo Gomes 2º Secretário	
Senador Flávio Bolsonaro 3º Secretário	
Senador Luis Carlos Heinze 4ª Secretário	
Senador Marcos do Val 1º Suplente de Secretário	
Senador Weverton 2º Suplente de Secretário	
Senador Jaques Wagner 3º Suplente de Secretário	
Senador Leila Barros 4º Suplente de Secretário	

DECISÃO DA COMISSÃO

(RQS 761/2019)

EM SUA 1ª REUNIÃO, NO DIA 12.02.2020, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

12 de Fevereiro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal